

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA



Educação Inclusiva

REGIMENTO INTERNO

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

Ano Letivo 2018/2019

ÍNDICE

ABREVIATURAS e SIGLAS UTILIZADAS	1
PREÂMBULO	2
I PARTE: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	3
1.1 PRÍNCÍPIOS ORIENTADORES	3
1.2 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	5
1.3 AS MUDANÇAS QUE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ORIGINA NA ESCOLA	6
1.3.1- Competências da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva	9
1.3.2- Centro de Apoio à Aprendizagem	10
2. AS MEDIDAS EDUCATIVAS DE INCLUSÃO	12
II – PARTE: A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO AGRUPAMENTO	13
1. O PAPEL EDUCATIVO DA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À EI	14
1.1 DETERMINAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E INCLUSÃO	15
2. A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS EDUCATIVAS	21
2.1. Medidas Universais	21
2.2. Medidas Seletivas	22
2.3. Medidas Adicionais	23
2.3.1. O modelo de funcionamento do CAA	24
2.3.2. A avaliação das aprendizagens no CAA	30
2.3.3. A monitorização e avaliação do PEI	32
2.4. Outras medidas Educativas	32

3- O PAPEL DO DIRETOR DE TURMA/DOCENTE TITULAR NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS INCLUSIVAS-----	33
4- O NOSSO AGRUPAMENTO CULTIVA OS PRINCÍPIOS DA ESCOLA INCLUSIVA -----	34
5- O SPO AO SERVIÇO DA COMUNIDADE ESCOLAR-----	35
6- REGRAS DE FUNCIONAMENTO DA EMAEI-----	37
7- REGRAS DE FUNCIONAMENTO DA COORDENAÇÃO DO GRUPO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL-----	38
7.1- Normas de funcionamento-----	40
8- A DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS INCLUÍDOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO AGRUPAMENTO-----	42
9- APOIO TUTORIAL DE ACORDO COM O DL 54/2018 DE 06 DE JULHO-----	51
CONCLUSÃO-----	58
APÊNDICES-----	60

ABREVIATURAS e SIGLAS UTILIZADAS

AP- Apêndice

CAA- Centro de Apoio às Aprendizagens

CP- Conselho Pedagógico

CRI- Centro de recursos para a inclusão

DL – Decreto-lei

DT- Diretor de Turma

DUA- Desenho Universal da Aprendizagem

EMAEI – Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva

EI – Educação Inclusiva

LSBE – Lei de Bases do Sistema Educativo

MA- Medidas Adicionais

M.E – Ministério da Educação

MS- Medidas Seletivas

MU - Medidas Universais

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PE – Programa Educativo

PEI – Plano Educativo Individual

PIT – Programa Individual de Transição

PS- Plano de Saúde

RTP- Relatório Técnico Pedagógico

SPO – Serviços de Psicologia e Orientação

PREÂMBULO

A educação inclusiva tem por finalidade a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, assim como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego de crianças e jovens. Assim, os docentes de educação especial são um recurso valioso do Agrupamento de Escolas tal como a equipa multidisciplinar. A eficiência da sua intervenção está estreitamente relacionada com o desenvolvimento organizacional dos estabelecimentos de ensino e da política de Inclusão que norteia o Projeto Educativo do Agrupamento, sendo que os valores enunciados são deveras valorizados no Projeto Educativo do Agrupamento que privilegia fortemente o respeito pelos valores humanitários.

A finalidade deste guia é contribuir para um maior esclarecimento dos docentes, com vista à agilização do novo decreto-lei nº54/2018 de 6 de julho. Assim, está dividido em duas partes. A I parte apresenta uma abordagem teórica, tendo por objetivos: definir Educação Inclusiva e facilitar a leitura, compreensão e aplicação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho que regulamenta a Educação Inclusiva, com a finalidade de uniformizar procedimentos entre todos os elementos da comunidade educativa do Agrupamento. A II parte refere-se à organização e funcionamento da Educação Inclusiva no Agrupamento.

I PARTE

I – A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

1.1- PRÍNCÍPIOS ORIENTADORES

Os princípios de uma Escola Inclusiva devem-se ao compromisso que o Estado Português assumiu com a UNESCO (2009), no que concerne à visão de Escola Inclusiva. Considerou-se, então, que uma Escola para todos visa responder à diversidade de necessidades dos alunos, através do aumento da participação de todos na aprendizagem e na vida da comunidade escolar. Portugal abraçou assim a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no dia 13 de dezembro de 2006 e reafirmou através da «Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa», em julho de 2015 o compromisso que visa dar cumprimento aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU, que realça o princípio de uma escola para todos.

O Programa do XXI Governo Constitucional, de acordo com os compromissos internacionais, estabelece como uma das prioridades da ação governativa a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades, no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social. A educação inclusiva visa, assim, responder às necessidades e potencialidades de cada aluno.

No centro da atividade da escola estão o currículo e as aprendizagens dos alunos. Neste pressuposto, o presente decreto-lei tem como eixo central de

orientação a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada um, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa. Isto implica uma aposta decisiva na autonomia das escolas e dos seus profissionais, designadamente através do reforço da intervenção dos docentes de educação especial, enquanto parte ativa das equipas educativas na definição de estratégias e no acompanhamento da diversificação curricular. Consciente das competências profissionais existentes nas escolas portuguesas, o Governo pretende agora criar condições para que estas possam elevar os padrões de qualidade das diferentes ofertas de educação e formação. Mesmo nos casos em que se identificam maiores dificuldades de participação no currículo, cabe a cada escola definir o processo no qual identifica as barreiras à aprendizagem com que o aluno se confronta, apostando na diversidade de estratégias para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada aluno tenha acesso ao currículo e às aprendizagens, levando todos e cada um ao limite das suas potencialidades.

Atendendo ao exposto, o Artigo 3.º do decreto-lei nº54/2018 de 6 de julho identifica os seguintes princípios orientadores da educação inclusiva:

- a) Educabilidade universal, a assunção de que todas as crianças e alunos têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo;
- b) Equidade, a garantia de que todas as crianças e alunos têm acesso aos apoios necessários de modo a concretizar o seu potencial de aprendizagem e desenvolvimento;
- c) Inclusão, o direito de todas as crianças e alunos ao acesso e participação, de modo pleno e efetivo, aos mesmos contextos educativos;
- d) Personalização, o planeamento educativo centrado no aluno, de modo que as medidas sejam decididas casuisticamente de acordo com as suas necessidades, potencialidades, interesses e preferências, através de uma abordagem multinível;

- e) Flexibilidade, a gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares, de modo que a ação educativa nos seus métodos, tempos, instrumentos e atividades possa responder às singularidades de cada um;
- f) Autodeterminação, o respeito pela autonomia pessoal, tomando em consideração não apenas as necessidades do aluno mas também os seus interesses e preferências, a expressão da sua identidade cultural e linguística, criando oportunidades para o exercício do direito de participação na tomada de decisões;
- g) Envolvimento parental, o direito dos pais ou encarregados de educação à participação e à informação relativamente a todos os aspetos do processo educativo do seu educando;
- h) Interferência mínima, a intervenção técnica e educativa deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação se revele necessária à efetiva promoção do desenvolvimento pessoal e educativo das crianças ou alunos e no respeito pela sua vida privada e familiar.

1.2- OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

- A educação inclusiva pretende fomentar o desenho universal para a aprendizagem e a abordagem multinível no acesso ao currículo.
- Promover o diálogo dos docentes com os pais ou encarregados de educação de forma a se optar por medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em diferentes níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para cada aluno adquirir uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses.
- Procurar garantir que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos, ainda que através de percursos

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

diferenciados, os quais permitem a cada um progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo.

- Facilitar a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativo.
- Consagrar uma abordagem integrada e contínua do percurso escolar de cada aluno garantindo uma educação de qualidade ao longo da escolaridade obrigatória.
- Fomentar um processo de avaliação de apoio à aprendizagem — que considere aspetos académicos, comportamentais, sociais e emocionais do aluno, mas também fatores ambientais uma vez que desse processo resulta toda a sequencialização e dinâmica da intervenção.
- Introduzir alterações na forma como a escola e as estruturas de apoio se encontram organizadas, para a identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão ao longo da escolaridade obrigatória.
- Reforçar o papel dos pais ou encarregados de educação, conferindo-lhes um conjunto de direitos e deveres conducentes ao seu envolvimento em todo o processo educativo dos seus educandos.
- Adequar diferentes estratégias, conteúdos, recursos, processos, procedimentos, instrumentos e tecnologias de apoio que respondam à diversidade dos alunos.

1.3- AS MUDANÇAS QUE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ORIGINA NA ESCOLA

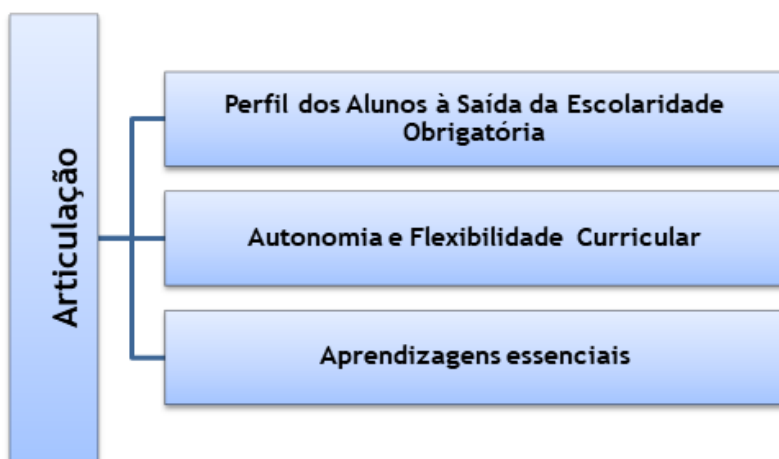
Pretende-se uma escola que crie uma cultura onde todos encontrem oportunidades para aprender e tenham as condições para se realizarem

plenamente, respondendo às necessidades de cada aluno, valorizando a diversidade e promovendo a equidade e a não discriminação no acesso ao currículo e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória. Estes pressupostos vinculam toda a escola a um processo de mudança cultural, organizacional e operacional baseado num modelo de intervenção multinível que reconhece e assume as transformações na gestão do currículo, nas práticas educativas e na sua monitorização. A multiplicidade de medidas universais, seletivas e adicionais devem responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos. Por fim, a escola deve definir indicadores destinados a avaliar a eficácia das medidas, de forma a poder autocorrigir-se.

As medidas inclusivas devem ser desenvolvidas tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento da escola, os quais devem ser convocados pelos profissionais da escola, numa lógica de trabalho colaborativo e de corresponsabilização com os docentes de educação especial, em função das especificidades dos alunos.

A implementação das medidas ocorre em todas as modalidades e percursos de educação e de formação, de modo a garantir que todos os alunos têm igualdade de oportunidades no acesso e na frequência das diferentes ofertas educativas e formativas.

Todo o processo educativo baseia-se na articulação:



Na organização e implementação da Educação Inclusiva tem um papel primordial a **EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA (EMAEI)** (art.º 12.º, Capítulo III), e o Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA). Assim, são funções da EMAEI:

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA (EMAEI) (art.º 12.º, Capítulo III)

ELEMENTOS PERMANENTES	ELEMENTOS VARIÁVEIS
<ul style="list-style-type: none"> • Um dos docentes que coadjuva o diretor • Um docente de educação especial • Três membros da CP com funções de coordenação pedagógica de diferentes níveis de educação e ensino • Um psicólogo 	<ul style="list-style-type: none"> • Docente titular/ DT do aluno • Outros docentes do aluno • Técnicos
<p>Competências gerais da equipa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilizar a comunidade para a educação inclusiva ▪ Propor medidas de suporte à aprendizagem e inclusão ▪ Acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão ▪ Prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas ▪ Elaborar o RTP (art.º 21.º) ▪ Elaborar o PEI (art.º 24.º) ▪ Elaborar o PIT (art.º 25.º) ▪ Acompanhar o funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) 	
<p>Competências do coordenador da equipa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificar os elementos variáveis da equipa ▪ Convocar os membros da equipa para as reuniões ▪ Dirigir os trabalhos ▪ Adotar os procedimentos necessários de modo a garantir a participação dos pais ou encarregados de educação 	

Contudo, outros agentes importantes auxiliam esta equipa:

Recursos humanos específicos (art.º 11.º, ponto 1)	Recursos organizacionais específicos (art.º 11.º, ponto 2)	Recursos da comunidade (art.º 11.º, ponto 3)
<ul style="list-style-type: none"> • Docentes de educação especial • Técnicos especializados • Assistentes operacionais (preferencialmente com formação específica) 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva (EMAEI) • Centro de apoio à aprendizagem (CAA) • Escolas de referência no domínio da visão • Escolas de referência 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipas locais de intervenção precoce • Equipas de saúde escolar dos ACES/ ULS • Comissões de proteção de crianças e jovens • Centros de recursos para a inclusão (CRI)

	<p>para a educação bilingue</p> <ul style="list-style-type: none"> • Escolas de referência para a intervenção precoce • Centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial (CRTIC) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições da comunidade: segurança social, serviços de emprego e formação profissional,... • Estabelecimentos de educação especial
--	---	--

1.3.1- Competências da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

- Elaborar e/ou alterar propostas aos formulários referentes à Educação Inclusiva.
- Participar na identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem de acordo com os casos indicados à Equipa Multidisciplinar (equipa permanente e elementos variáveis).
- Colaborar na elaboração do RTP, do PEI e do PIT (três anos antes da idade de término da escolaridade obrigatória).
- Planificar adequadamente as áreas/disciplinas dos Programas Educativos Individuais a desenvolver pela Docente de Educação Especial (1º, 2º e 3º Ciclos e Secundário).
- Assegurar de forma articulada com os Docentes Titulares de Turma e Diretores de Turma, a adoção de metodologias específicas destinadas ao desenvolvimento dos alunos.
- Participar em reuniões de articulação com outros elementos que intervêm na implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (pais, encarregados de educação, técnicos, estruturas da comunidade).
- Participar nas reuniões de monitorização e de avaliação de todos os processos.
- Articular com os Serviços Técnico Pedagógicos, com as estruturas que a integram e com os Serviços Externos da Comunidade.
- Participar nas reuniões promovidas pela Direção através do representante de cada valência.

1.3.2- Centro de Apoio à Aprendizagem (artigo 13.º do Decreto-Lei n.º54/2018)

1 - O centro de apoio à aprendizagem é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.

2 - O centro de apoio à aprendizagem, em colaboração com os demais serviços e estruturas da escola, tem como objetivos gerais:

a) Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/ turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;

b) Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós -escolar;

c) Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

3 - A ação educativa promovida pelo centro de apoio à aprendizagem é subsidiária da ação desenvolvida na turma do aluno, convocando a intervenção de todos os agentes educativos, nomeadamente o docente de educação especial.

4 - O centro de apoio à aprendizagem, enquanto recurso organizacional, insere-se no contínuo de respostas educativas disponibilizadas pela escola.

5 - Para os alunos a frequentar a escolaridade obrigatória, cujas medidas adicionais de suporte à aprendizagem sejam as previstas nas alíneas b), d) e e) do n.º 4 do artigo 10.º, é garantida, no centro de apoio à aprendizagem, uma resposta que complemente o trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista à sua inclusão.

6 - Constituem objetivos específicos do centro de apoio à aprendizagem:

a) Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;

b) Apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem;

c) Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;

d) Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;

e) Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem;

f) Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós - escolar.

7 - Compete ao diretor da escola definir o espaço de funcionamento do centro de apoio à aprendizagem numa lógica de rentabilização dos recursos existentes na escola.

CENTRO DE APOIO À APRENDIZAGEM (art.º 13.º, Capítulo III)
- OBJETIVOS GERAIS:

- Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo-turma e nas rotinas e atividades da escola → diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar;
- Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma;

- OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

• Promover a qualidade da participação dos alunos nos vários contextos de aprendizagem	• Apoiar os docentes da turma a que os alunos pertencem	• Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo	• Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem aprendizagem, autonomia, adaptação ao contexto escolar	• Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem	• Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar
--	---	--	---	--	---

- Acolhem as "unidades especializadas".
 - Prestam apoio pedagógico aos docentes das turmas de pertença dos alunos.
 - Respostas complementares ao trabalho de sala de aula, para os alunos com as medidas adicionais:
 - Adaptações curriculares significativas;
 - Metodologias e estratégias de ensino estruturado;
 - Competências de autonomia pessoal e social;
- (art.º 13.º, ponto 5).

DOCENTE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

- Apoia, de modo colaborativo e numa lógica de corresponsabilização, os demais docentes do aluno:
 - Na definição de estratégias de diferenciação pedagógica;
 - No reforço das aprendizagens;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Na identificação de múltiplos meios de motivação, representação e expressão. (art.º 11.º, ponto 4)
<ul style="list-style-type: none"> • A aplicação das medidas adicionais que requerem a intervenção de recursos especializados deve convocar a intervenção do docente de educação especial enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem (DUA- Desenho Universal da Aprendizagem) (art.º 10, ponto 5)
<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção proeminente no CAA (art.º 13.º, ponto 3)

2 - AS MEDIDAS EDUCATIVAS DE INCLUSÃO

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO (CAPÍTULO II)

UNIVERSAIS (art.º 8.º)	SELETIVAS (art.º 9.º)	ADICIONAIS (art.º 10.º)
<ul style="list-style-type: none"> • Para todos os alunos (incluindo os que necessitam de medidas seletivas e adicionais) • Promover a participação e a melhoria das aprendizagens • Promoção do desenvolvimento pessoal, interpessoal e de intervenção social 	<ul style="list-style-type: none"> • Colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pelas medidas universais 	<p>Colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem</p> <p>Exigem recursos especializados de apoio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Demonstração da insuficiência das medidas universais e seletivas, baseada em evidências e constar do RTP
a) Diferenciação pedagógica b) Acomodações curriculares c) Enriquecimento curricular d) Promoção do comportamento pró-social e) Intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos	a) Percursos curriculares diferenciados b) Adaptações curriculares não significativas c) Apoio psicopedagógico d) Antecipação e reforço das aprendizagens e) Apoio tutorial	a) Frequência por disciplinas b) Adaptações curriculares significativas c) Plano individual de transição d) Desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado e) Desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social
-----	Operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola	Operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola, privilegiando-se o contexto de sala de aula
-----	Monitorização e avaliação: pelos responsáveis pela sua implementação, de acordo com o definido no RTP	Monitorização e avaliação: pelos responsáveis pela sua implementação, de acordo com o definido no RTP

II PARTE

A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO AGRUPAMENTO

1- O PAPEL EDUCATIVO DA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

De acordo com o Decreto-Lei nº54/2018 de 6 de julho, a Diretora do Agrupamento de Escolas assume o papel primordial na implementação dos mecanismos que devem conduzir à criação de uma Escola Inclusiva pois são suas competências:

DIRETOR

- Preparar a implementação da nova lei (art.º 5.º).
- Providenciar a inserção de linhas de atuação inclusiva nos documentos orientadores (art.º 5.º).
- Promover a criação das EMAEI nos 30 dias após a entrada em vigor do DL, designar os seus elementos permanentes e nomear o respetivo coordenador (art.º 35.º).
- Assegurar o funcionamento de grupos, ou turmas, com n.º de alunos inferior ao legalmente previsto, de acordo com o recomendado pelos RTP (requerendo autorização à tutela se estes procedimentos implicarem um n.º de grupos ou de turmas excedentário ao determinado superiormente).
- Definir o espaço para o funcionamento do CAA.
- Receber a referenciação de alunos como eventualmente necessitados de medidas de suporte e enviar, a mesma, no prazo de 3 dias úteis, para a EMAEI.
- Sempre que a EMAEI determinar, apenas, a sujeição às medidas universais, devolver o processo ao docente titular de grupo ou turma, ou ao DT (conforme o caso) para comunicação da decisão aos EE.
- Nos casos em que a EMAEI elabore RTP e - quando aplicável PEI – estes são submetidos ao Diretor para homologação que deve acontecer num prazo de 10 dias e após ouvido o CP.
- Requerer, superiormente, recursos adicionais, se recomendado nos RTP.
- Criar as condições necessárias à oferta da área curricular específica (art.º 23.º, ponto 3).
- Assegurar as adaptações ao processo de avaliação interna e externa (art.º 28.º)

Contudo, é de destacar que cabe à equipa EMAEI o papel de intermediário entre a direção e os restantes elementos da comunidade educativa, uma vez que gere o processo de inclusão.

A forma de organização desta Equipa deve constar no Regulamento Interno do Agrupamento e orienta-se pelo presente Regimento.

No Agrupamento, os docentes deverão recorrer a esta equipa para todo e qualquer assunto relacionado com as necessidades de inclusão dos seus alunos em diferentes medidas de apoio e inclusão. Desta forma, sempre que um aluno revele dificuldades acrescidas no processo educativo, deve proceder-se à sua referenciação.

MEMBROS DA EMAEI- EQUIPA PERMANENTE DO NOSSO AGRUPAMENTO			
Coordenadora	GRAÇA DOMINGUES		
1 docente que coadjuva o diretor	CRISTINA LOPES		
1 docente da educação especial	MARCOLINA SEQUEIRA		
1 psicólogo	EUNICE COSTA		
3 membros do C. Pedagógico com funções de coordenação pedagógica de diferentes níveis de ensino	Manuela Santos	Miguel Benjamim Sousa	Marta Moroso

MEMBROS VARIÁVEIS EQUIPA DA EMAEI	
O docente titular de grupo ou o diretor de turma	São convocados para a construção do RTP e PEI com a equipa
Outros docentes do aluno;	São convocados sempre que se considere pertinente o seu testemunho
Técnicos	Membros do Projeto Pesqueira Educa e professores que prestam serviço no CAA
Outros técnicos/pais	Sempre que se considere necessário a sua presença.

1.1 – DETERMINAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E INCLUSÃO

A identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão efetua-se por iniciativa de:

- Pais ou encarregados de educação;
- Serviços de intervenção precoce;
- Docentes;
- Técnicos ou serviços que intervêm com a criança;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

- Aluno.

Essa identificação é **apresentada à Diretora da escola em impresso próprio (Ap I)** com a explicitação das razões da referenciação, acompanhada da documentação considerada relevante. A documentação pode integrar um parecer médico, nos casos de problemas de saúde física ou mental, enquadrado nas necessidades de saúde especiais (NSE).

A referenciação depois de efetuada, caso não tenha sido realizada pelo encarregado de educação/pais, carece da aprovação destes, bem como as medidas a aplicar, determinadas pela EMAEI. Caso este consentimento seja recusado pelos pais/encarregado de educação estes devem fundamentar bem a sua decisão e apresentá-la à diretora, pois o processo só deverá ser reaberto quando existam novos dados e perante um pedido expresso dos pais/encarregado de educação. No entanto, perante uma recusa de consentimento, a EMAEI pode sinalizar o aluno para a CPCJ, dado estar em causa o supremo interesse da criança, pelo que os pais/E. de Educação devem ser responsabilizados.

A referenciação é entregue na direção, sendo que a Diretora encaminhará o processo para a EMAEI de acordo com o previsto na lei:

Artigo 20.º

- **3 dias úteis**, a contar do dia útil seguinte ao da respetiva apresentação, a Diretora da escola solicita à equipa multidisciplinar a elaboração de um parecer.

- **10 dias úteis**, a contar do dia útil seguinte ao da respetiva deliberação, se a equipa multidisciplinar concluir que apenas devem ser mobilizadas medidas universais - artº 8º - de suporte à aprendizagem e à inclusão.

Artigo 21.º

- **30 dias úteis** para a elaboração e conclusão do RTP, quando são aplicadas as medidas seletivas- artº 9º- e ou adicionais- artº 10º-.
(AP II)

Artigo 22.º

- **5 dias úteis** para o RTP, após a sua conclusão, ser submetido à aprovação dos pais ou encarregados de educação do aluno.
- **10 dias úteis**, para a homologação do RTP e do programa educativo individual (PEI- AP- III), por parte da Diretora depois de ouvido o conselho pedagógico.

Relatório Técnico-Pedagógico (RTP) (art.º 21.º e 22.º)	Programa Educativo Individual (PEI) (art.º 24.º)
Documento que fundamenta a mobilização de medidas seletivas e/ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão	Para os alunos com adaptações curriculares significativas (art.º 21.º, ponto 6)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação dos fatores que facilitam e dificultam o progresso e o desenvolvimento do aluno, nomeadamente fatores da escola, do contexto e individuais do aluno ▪ Identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão a mobilizar ▪ Operacionalização de cada medida, incluindo objetivos, metas e indicadores de resultados ▪ Identificação do(s) responsável(eis) pela implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão ▪ Definição dos procedimentos de avaliação da eficácia de cada medida e, quando existente, do Programa Educativo Individual ▪ Indicação da articulação com os recursos específicos de apoio à inclusão 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identificação e operacionalização das adaptações curriculares significativas ▪ Integra as competências e as aprendizagens a desenvolver pelos alunos ▪ Identifica as estratégias de ensino e as adaptações a efetuar no processo de avaliação ▪ Integra ainda outras medidas de suporte à inclusão, a definir pela EMAEI ▪ Deve conter ainda: <ul style="list-style-type: none"> ❖ Total de horas letivas do aluno (de acordo com o respetivo nível de educação ou de ensino) ❖ Produtos de apoio, sempre que sejam adequados e necessários para o acesso e participação no currículo ❖ Estratégias para a transição entre ciclos e níveis de educação e ensino, quando aplicável
A EMAEI da qual consta também o professor titular de turma /diretor deve ouvir os pais ou EE durante a elaboração do RTP	É monitorizado e avaliado nos termos previstos no RTP.
A EMAEI pode solicitar a colaboração da equipa de saúde escolar dos ACES/ ULS	O PEI e o plano individual de intervenção precoce são complementares
Quando o RTP propõe a implementação plurianual de medidas deve definir momentos intercalares de avaliação da sua eficácia	O PEI e o plano de saúde individual são complementares, no caso de crianças com necessidades de saúde especiais
A implementação das medidas depende da concordância dos pais/ EE	Programa Individual de Transição (PIT) (art.º 25.º)
Aprovação pelos pais/ EE: até 5 dias úteis da sua conclusão	Complementa o PEI, no sentido de preparar a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional
Não concordância dos pais/ EE: devem fazer constar, em anexo ao RTP, os fundamentos da discordância	Implementado três anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória

Datado e assinado pelos pais/ EE e, se possível, pelo aluno	Orienta-se pelos princípios da educabilidade universal, da equidade, da inclusão, da flexibilidade e da autodeterminação
Submetido à homologação pelo diretor, ouvido o CP	Datado e assinado por todos os profissionais que participam na sua elaboração, pelos pais/ EE e, sempre que possível, pelo aluno
Homologação pelo diretor: até 10 dias úteis	
Coordenador: professor titular/ DT	

Devemos realçar que sempre sejam propostas **adaptações curriculares significativas (medidas adicionais)**, o RTP é acompanhado de um PEI que dele faz parte integrante.

- Os pais/encarregado de educação bem como o próprio aluno devem ajudar na construção do RTP e do PEI.
- A implementação das medidas previstas no RTP depende da concordância dos pais ou encarregados de educação. Os pais ou encarregados de educação e, sempre que possível, o próprio aluno datam e assinam o RTP.
- O **coordenador da implementação das medidas propostas no RTP** é o educador de infância, o professor titular de turma ou o diretor de turma, consoante o caso.

O **PEI** contém a identificação e a operacionalização das medidas adicionais nomeadamente das **adaptações curriculares significativas** e integra as competências e as aprendizagens a desenvolver pelos alunos, a identificação das estratégias de ensino e das adaptações a efetuar no processo de avaliação.

O PEI deve conter os seguintes elementos:

- a) O total de horas letivas do aluno, de acordo com o respetivo nível de educação ou de ensino;
- b) Os produtos de apoio, sempre que sejam adequados e necessários para o acesso e participação no currículo;
- c) As estratégias, para a transição entre ciclos e níveis de educação e ensino, quando aplicável.

O PEI (elaborado pela equipa multidisciplinar) é o documento estruturante da ação educativa e orientador do eixo pedagógico; pode ser revisto a qualquer

momento, mas obrigatoriamente no final de cada nível de educação e ensino e no fim de cada ciclo do ensino básico.

Nas reuniões de avaliação, o docente da Educação Especial apenas está presente quando existirem alunos nos grupos/turmas que usufruem de um PEI, dado que a aplicação das medidas adicionais requer a intervenção de recursos especializados e determina a intervenção do docente de educação especial enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem (DUA- Desenho Universal da Aprendizagem) (art.º 10, ponto 5) e atendendo igualmente à sua intervenção proeminente no CAA (art.º 13.º, ponto 3).

O RTP e o PEI são realizados tendo em vista o ciclo de ensino que o aluno frequenta, pelo que tem durabilidade igual à do ciclo de ensino. Só em casos excepcionais serão revistos. No entanto, no final de cada ano letivo, atendendo às aprendizagens realizadas pelo aluno devem ser projetadas as adequações curriculares para o ano letivo que se segue, as quais serão anexas aos documentos iniciais (RTP, PEI), podendo estas ser revistas, caso seja necessário, no 1º período do ano letivo seguinte.

No início de cada ciclo, atender-se-á às recomendações vindas dos conselhos de turma do ciclo precedente e durante o primeiro período serão realizados os ajustamentos ao RTP ou PEI.

OUTROS INTERVENIENTES

PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO (art.º 4.º do capítulo I)

- Podem fazer a identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão ao Diretor do Agrupamento (SINALIZAÇÃO)

Têm direito a:

- Participar nas reuniões da equipa multidisciplinar;
- Participar na elaboração e na avaliação do PEI;
- Solicitar a revisão do PEI;
- Consultar o processo individual do seu filho ou educando;
- Ter acesso a informação adequada e clara.

DOCENTES TITULARES DE GRUPO/ TURMA E DIRETORES DE TURMA

- Podem fazer a identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão ao Diretor do Agrupamento (SINALIZAÇÃO) (art.º 20.º, ponto 1)

DOCENTES TITULARES DE GRUPO/ TURMA E DIRETORES DE TURMA COM CRIANÇAS OU ALUNOS ENQUADRADOS EM RTP

- São elementos variáveis da EMAEI (art.º 12.º, ponto 4). Serão convocados para reunião de EMAEI sempre que um aluno da sua turma esteja em análise.
- Coordenador da implementação das medidas propostas no RTP (art.º 21.º, ponto 10)
- Comunicação aos EE da decisão da EMAEI, no caso de alunos referenciados serem, apenas, abrangidos pelas medidas universais (art.º 20.º, ponto 6)

O Plano Individual de Transição - PIT (AP- IV) - é um documento que complementa o PEI e destina-se a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de carácter ocupacional. A implementação do PIT inicia-se 3 anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória.

O PIT é elaborado pela EMAEI, em conjunto com o próprio aluno, com a família próxima, e com outros profissionais, sempre que necessário. Deve ser datado e assinado por todos os profissionais que participam na sua elaboração, bem como pelos pais e, sempre que possível, pelo próprio aluno.

Após o levantamento das necessidades e das oportunidades de formação, deve estabelecer-se protocolos com os serviços ou instituições onde o jovem vai realizar formação.

As informações do Plano Individual de Transição:

- Identificação do aluno;
- Identificação da modalidade;
- Identificação do local e/ou instituição onde o Plano será implementado;
- Definição das etapas desde o presente até à conclusão do percurso educativo;
- Discriminação das competências a desenvolver;
- Distribuição horária das atividades previstas;
- Identificação dos profissionais envolvidos na implementação do PIT.

2- A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS EDUCATIVAS

A equipa multidisciplinar, quando avalia um aluno, tem em conta não só o documento de referenciação, no qual deve constar as razões pelas quais é pedido à equipa para analisar o processo de ensino aprendizagem do aluno, mas também relatórios médicos, psicológicos, fichas realizadas pelo aluno etc, ou seja deve ser fornecida à equipa o máximo de documentação para que o aluno seja bem incluído nas diferentes medidas, sendo que posteriormente a decisão da equipa consta em relatório e ficha própria (AP-V).

A decisão é comunicada à Diretora, sendo que quando esta é validada, segue para o professor titular de turma/diretor, o qual passa a ser o responsável pela aplicação das medidas.

A transição para medidas mais limitativas apenas pode acontecer após a permanência durante, pelo menos, um ano letivo, numa medida educativa e perante o esgotar de todos os recursos que essa medida impõe. A mudança deve ser bem fundamentada na ficha de monitorização (anexo II) e na ficha de nova referenciação.

2.1- MEDIDAS UNIVERSAIS

Todo o aluno pode e deve, sempre que necessário, beneficiar de Medidas Universais (artigo 8º) que o ajudem no acesso ao currículo ou que lhe dêem conhecimentos extra, os quais contribuem para a formação integral de qualquer cidadão. Porém, sempre que o aluno necessita de medidas universais específicas, deve a EMAEI analisar a documentação fornecida na referenciação e indicar quais as medidas mais indicadas para a problemática que o aluno apresenta.

Quando são aplicadas as Medidas Universais (MU) específicas, a equipa envia o relatório, a ficha com as medidas propostas e uma sugestão de preenchimento de tabela (AP- VI) com a forma de atuação, para que a abordagem multinível seja uma realidade (anexo). Segue, ainda, no processo uma ficha de monitorização (AP- VII) das medidas que são sugeridas. A

monitorização deve ser realizada pelo menos duas vezes por ano (semestralmente), pretendendo-se assim reflectir sobre a eficácia das medidas e caso haja necessidade, a equipa depois de devidamente informada pelo titular de turma/diretor pode reformular as medidas.

Assegurar as adaptações ao processo de avaliação interna e externa (art.º 28.º) a alunos com problemáticas específicas como: problemas de dislexia, disortografia, hiperactividade, problemas de dicção, dificuldades várias na comunicação, lentidão na consecução das tarefas, etc, é também uma das funções da EMAEI. Porém, é de anotar que normalmente esta medida é aplicada conjuntamente com outras medidas ou MU ou MS, as quais têm como finalidade superar os problemas.

O Plano de Saúde (PS) aplica-se a alunos com graves patologias que necessitam de um acompanhamento especial, o que por vezes implica a sua deslocação a diferentes unidades de saúde, sendo que por vezes as terapias implicam saídas todas as semanas, pelo que o RTP e o PEI do aluno deve ser realizado tendo em conta não só as suas limitações, como também a redução da carga horária, o que deverá implicar o enfoque nas aprendizagens essenciais.

2.2- MEDIDAS SELETIVAS

As Medidas Seletivas (MS) quando são propostas pela equipa multidisciplinar para um aluno, requerem que se construa o RTP em equipa, sendo que devem ser convocados para serem ouvidos e para participarem na sua construção, o professor titular de turma/diretor e os pais/encarregados de educação. O professor titular de turma/diretor deve ouvir os restantes docentes da turma e o aluno (as suas expectativas quer pessoais, quer em termos educacionais), para que o RTP possa contribuir para que as aprendizagens se tornem significativas.

Uma vez construído todo o processo, cumprindo os prazos previstos por lei, (Ficha de sinalização das medidas, ficha de monitorização das medidas

(AP- VIII) RTP e documento de implementação das medidas com as devidas adequações curriculares (AP- IX)), este segue para homologação pelo Conselho Pedagógico e pela Diretora.

Uma vez homologado, o professor titular de turma/diretor conta com a equipa e com as docentes de educação especial que o ajudarão na implementação das medidas, sempre que necessário. Contudo, o professor titular de turma/diretor passa a coordenar a implementação e monitorização do processo.

2. 3 - MEDIDAS ADICIONAIS

Os alunos beneficiam dos serviços do CAA sempre que no seu RTP conste a aplicação das medidas adicionais, nomeadamente as previstas nas alíneas b), d) e e) do n.º 4 do artigo 10º. Quando o aluno beneficia das medidas mencionadas, torna-se também obrigatório a construção do PEI, sendo que os convocados para a sua construção com a equipa, são os mesmos que construíram o RTP obrigatoriamente, sendo contudo possível convocar, também, técnicos ou algum professor especificamente, desde que sejam uma mais-valia para o caminho do sucesso do aluno em análise.

Quando aplicadas as medidas adicionais, o PEI também carece de homologação do Conselho Pedagógico e da Diretora.

Neste caso específico, todo o processo de aprendizagem dos alunos deve ser supervisionado pelo docente de educação especial enquanto dinamizador, articulador e especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem (DUA- Desenho Universal da Aprendizagem) (art.º 10, ponto 5) e atendendo igualmente à sua intervenção proeminente no CAA (art.º 13.º, ponto 3), sendo, no entanto, o professor titular de turma/diretor o coordenador do processo.

2.3.1- O modelo de funcionamento do CAA

De acordo com o artigo 13.º, o Centro de Apoio à Aprendizagem – CAA - é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola, que colabora com os demais serviços e estruturas da escola, podendo alargar-se a colaboração a outras instituições da comunidade. Atualmente, o nosso CAA conta com a ajuda de técnicos ligados ao Projeto Pesqueira – Educa, da responsabilidade da autarquia, que prestam serviço no Agrupamento em prol do sucesso escolar e da inclusão. Pretende apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo, sem descurar o apoio à formação integral, ao ensino superior e à integração na vida pós – escolar.

Numa visão globalizante, incentiva os alunos a participarem socialmente, a procurar o lazer saudável e a adquirirem competências que lhes garantam uma vida autónoma.

Coube à Diretora da escola definir o espaço de funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem, numa lógica de rentabilização dos recursos existentes na mesma.

O nosso CAA apresenta-se, assim, como uma resposta educativa que complementa a ação desenvolvida na turma do aluno, convocando a intervenção de todos os agentes educativos, nomeadamente, o docente de educação especial, sendo um contínuo de respostas educativas disponibilizadas pela escola.

Fazem parte integrante do CAA os alunos do Agrupamento, que frequentam a escolaridade obrigatória, cujas medidas adicionais de suporte à aprendizagem estão previstas nas alíneas b), d) e e) do n.º 4 do artigo 10.º. Para estes alunos, o CAA constitui-se como uma resposta que complementa o trabalho desenvolvido em sala de aula, promovendo a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem. O CAA tem trabalhado para a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

aprendizagem que possibilitam a continuidade de estudos com aprendizagens significativas e preparadoras do processo de transição para a vida pós - escolar.

A Direção do Agrupamento, pretendendo dar uma resposta coerente, criou um CAA com diferentes vertentes, sendo assim intenção apoiar um grande leque de alunos com limitações. Contudo, dado que as dificuldades são distintas e que os alunos frequentam níveis de ensino diferentes, existem três vertentes dentro do CAA. Relativamente à vertente 1, que funciona na escola sede, em diferentes espaços físicos (sala de artes, sala de aprendizagens biblioteca, etc) mencionamos que:

- 1- Os alunos com melhores competências aprendem no CAA de forma diferente da restante turma, beneficiando de metodologias apropriadas e de critérios de avaliação diferentes. Os alunos têm acesso multinível ao currículo, através de unidades de ensino estruturadas que apoiam os alunos e docentes do grupo ou turma, criando recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo. Desenvolvem, assim, metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitam os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;
- 2- O CAA funciona para os alunos citados como uma sala aberta, onde são ajudados na construção do saber. Devem realizar um projeto/portefólio com a ajuda do professor tutor e dos outros técnicos e docentes implicados, o qual servirá como principal elemento de avaliação sumativa para as várias disciplinas, de acordo com o previsto no PEI. Assim, cada docente deve estruturar os saberes principais da sua disciplina que o aluno deve desenvolver, no Centro, com a ajuda dos técnicos e docentes de apoio;
- 3- O CAA funciona por unidades estruturadas, permitindo uma abordagem multinível ao currículo e cada aluno será o construtor do

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

seu saber, adaptando-se este ao perfil do aluno. O DUA (Desenho Universal de Aprendizagem) funcionará como base. O aluno adquirirá as aprendizagens essenciais, mas ao seu ritmo e de forma estruturada, de acordo com o planificado pelos docentes das várias disciplinas, depois de ouvidos os pais/encarregados de educação e os alunos. O processo de ensino aprendizagem será, assim, feito à medida do aluno, sendo que todos os saberes se interligam;

- 4- Os alunos farão parte integrante da turma, frequentando todas as disciplinas, havendo contudo uma redução da carga horária por disciplina, que será compensada no CAA, onde as aprendizagens serão apreendidas de forma significativa;
- 5- Os alunos serão avaliados de acordo com o enunciado no PEI, em ficha própria (AP- X) e obedecendo ao Despacho Normativo 1-F/2016 de 5 de Abril - que prevê a harmonização das escalas de avaliação dos alunos independentemente das medidas educativas pelas quais são abrangidos e na Portaria nº223-A/2018, de 3 de agosto.

Na escola sede existe, ainda, um outro espaço que se interliga com a vertente que acabamos de descrever e que se destina a alunos com fortes handicaps, sendo que o seu PEI se centra sobretudo na preparação para a vida ativa, pelo que se desenvolvem principalmente saberes práticos que visam uma maior autonomia e uma consciencialização da necessidade de dotarmos estes jovens de valores que lhes permitam exercer uma cidadania ativa apesar das suas limitações.

Nesta vertente (2) a aprendizagem desenvolve-se por áreas, de acordo com os recursos existentes. Funcionando da seguinte forma:

- 1- A área de Desenvolvimento Pessoal/ Cidadania é ministrada pela psicóloga da escola. Nesta área pretende-se que os alunos,

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

desenvolvam competências de autonomia pessoal, conhecimentos sobre o corpo e a sexualidade, o pensamento crítico, o respeito pelos outros, o saber ser e estar, etc. É, ainda, nossa intenção aproveitar as sugestões da psicopedagogia sobre as metodologias mais indicadas para cada aluno de acordo com a sua especificidade, sem esquecer o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA);

- 2- Português Funcional = É uma “ área” ministrada pelas docentes de Educação Inclusiva (EI), por Técnicos e pela Terapeuta da Fala. Esta conjugação permite um apoio mais individualizado, tendo em conta as limitações de cada aluno. Assim, estes serão divididos entre os que não dominam a linguagem (terapia da fala), os que já dominam a oralidade mas falham na escrita essencial (docente de educação inclusiva) e, finalmente, os que já interpretam e escrevem funcionalmente (técnico). Pretende-se, assim, proporcionar uma abordagem multinível ao currículo;
- 3- Na área de Comunicação são ainda exploradas as novas tecnologias, sendo os alunos incentivados a pesquisar na Internet, a construir o seu email, a usar o telemóvel em funções práticas para a vida e a pesquisar e conhecer palavras básicas para a comunicação informal em Língua Estrangeira;
- 4- Matemática para a Vida = É uma área ministrada pelas docentes de EE no Centro de Apoio à Aprendizagem. Procura-se transmitir conhecimentos básicos de matemática para a vida;
- 5- Oferta de Escola = Os alunos usufruem de Natação, a qual está incluída no Desporto Escolar - Natação Adaptada. De mencionar que se criaram dois grupos atendendo às competências motoras dos alunos, como tal são acompanhados em momentos distintos pelas duas professoras de EE.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

- 6- Na área de autonomia serão abordadas diferentes temáticas relacionadas com as Ciências Sociais, a Saúde, o Desporto, o Artesanato, o Ambiente, as Tecnologias, trabalhos de vida ativa (culinária, jardinagem, costura, arranjos, limpeza e higiene, etc). Constitui-se, assim, como uma unidade estruturada de ensino;
- 7- Atividades de Promoção da Capacitação para a Vida Ativa = As competências relacionadas com a vida em casa e atividades sociais são desenvolvidas através dos Clubes: Eco-Escolas, Projeto de Flexibilidade Inclusivo, o qual contempla atividades desenvolvidas quer em parceria, quer autonomamente pela Educação Inclusiva, proporciona momentos de vida na comunidade escolar e no meio, evidenciando-se a inclusão e inclusão invertida, podendo os alunos participarem em atividades escolares com os demais;
- 8- Emprego – Os alunos que se encontram nos três últimos anos de escolaridade ou com idade igual ou superior aos quinze anos usufruem de um PIT;
- 9- É, ainda, de mencionar que a preocupação da escola com uma inclusão efetiva, levou-nos a colocar a grande maioria dos alunos com carga horária de 60% com a turma. Apenas não cumprem este requisito os alunos que apresentam fortes handicaps e não têm ainda competências suficientes para estarem com a turma em carga horária tão intensa, contudo é nossa intenção incluí-los, progressivamente, em carga horária mais extensa;
- 10- Os alunos serão avaliados de acordo com o enunciado no PEI, ou seja qualitativamente e quantitativamente nas disciplinas (com introdução de aprendizagens substitutivas, que estão incluídas nas áreas disciplinares, acima referidas) que não partilham com a turma e em ficha de avaliação personalizada. Nas

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

disciplinas que partilham com a turma, a avaliação obedecerá ao Despacho Normativo 1 -F/2016 de 5 de Abril - que prevê a harmonização das escalas de avaliação dos alunos independentemente das medidas educativas pelas quais são abrangidos e na Portaria nº223-A/2018, de 3 de agosto;

- 11- Apesar dos alunos que frequentam esta vertente terem fortes limitações, o Agrupamento apostou numa carga horária que privilegia o contacto com a turma e os demais alunos (aproximadamente 60% do currículo) pois os alunos para além de frequentarem a turma em várias disciplinas na íntegra, frequentam parcialmente outras disciplinas, onde treinam competências de relacionamento interpessoal e de autonomia. Os alunos fazem, ainda, parte de diversos clubes existentes na escola, do desporto escolar e participam em atividades do PAA, quer naquelas que são desenvolvidas pelo CAA, para outros alunos, quer nas desenvolvidas pela turma.

Finalmente há, ainda, uma outra vertente que pretende dar resposta aos alunos do 1º ciclo com fortes limitações e a alunos que apresentam um quadro clínico muito grave, necessitando de acompanhamento permanente. Esta vertente está fixada no Centro Escolar de S. João da Pesqueira e desenvolve uma metodologia de ensino que privilegia os afetos (AMA- Aprender no Mundo dos Afetos) e está em estreita sintonia com as famílias, devido à especificidade dos alunos que acompanha. Ministra-se no AMA aprendizagens funcionais que potencializam a autonomia, a estimulação sensorial e a psicomotricidade.

É, também, de realçar que aos alunos do CAA, o Agrupamento dá especial atenção às Artes. Os alunos usufruem de música, artes plásticas, psicomotricidade, tecnologias (associadas à parte criativa), pois acredita-se que através da arte os alunos conseguem não só gerir melhor as suas emoções como desenvolvem o sentido crítico, a

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

sensibilidade estética e o respeito pela especificidade dos outros, desenvolvendo assim a sua autonomia pessoal.

SINTESE SOBRE A AVALIAÇÃO

- Todos os alunos abrangidos por Adaptações Curriculares Significativas, Medidas Adicionais, não realizam Provas de Aferição de acordo com as diretrizes emanadas do nosso Conselho Pedagógico de 15 de janeiro de 2019 e JNE (Júri Nacional de Exames) obedecendo à Portaria 223.
- Todos os alunos abrangidos por Adaptações Curriculares não significativas e outras Medidas Seletivas do 3º ciclo, realizarão Exames Nacionais com Provas a nível de escola, as quais serão realizadas pelos docentes de cada disciplina objeto de exame, em conjunto com outros docente do Departamento respetivo.

2.3.2- A avaliação das aprendizagens no CAA

No CAA, tal como já foi referido, potencializa-se ao máximo a avaliação formativa, através de diferentes meios, sendo que os alunos aprendem fazendo, reformulando os seus conhecimentos perante os obstáculos com que se deparam. Os critérios de avaliação de cada aluno estão definidos no seu Programa Educativo Individual, havendo sempre uma interligação entre professores de apoio, técnicos e professor da turma ou disciplinas, para que, na avaliação, sejam contabilizados todos os progressos do aluno. O próprio aluno e os pais/encarregado de educação devem reflectir sobre as aprendizagens e sobre o processo de avaliação, uma vez que o objetivo final é proporcionar ao aluno aprendizagens eficazes que se coadunam ao perfil do aluno.

Globalmente, poderemos dizer que os alunos com fortes limitações cognitivas são avaliados essencialmente pelo CAA, em ficha própria (AP- XI), uma vez que são as aprendizagens que fomentam a autonomia as mais valorizadas, sendo como tal alunos que beneficiam de um forte apoio por parte das docentes da Educação Especial. Há, no entanto, a preocupação de incluir os alunos a tempo inteiro em determinadas disciplinas na turma regular, sendo os alunos avaliados nestas disciplinas, estas prendem-se sobretudo com a área das expressões, e, tal como os restantes alunos, a sua avaliação consta em pauta.

Os alunos frequentadores do CAA, mas na circunstância em que este serve como espaço de reforço de aprendizagens, são avaliados a todas as disciplinas, tal como os restantes alunos (sendo contudo respeitados os critérios e a fórmula de avaliação que consta no PEI), pelo que os níveis/notas constam da pauta de avaliação.

A avaliação sumativa dos alunos do ensino básico, incluindo os que seguem o seu percurso escolar com um Programa Educativo Individual, expressa-se nos termos do definido na Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de Agosto, no Despacho Normativo n.º 1-F/2016, de 5 de abril (cf. Artigo 50.º da Portaria n.º 223-A/2018) e no ensino secundário de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto.

A medida adicional “adaptações curriculares significativas” não implica a criação de disciplinas, mas antes a introdução de aprendizagens substitutivas que devem ter como quadro de referência o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e as Aprendizagens Essenciais.

Relativamente às pautas de avaliação, sempre que os alunos frequentem as disciplinas da turma, na pauta, aparecerão o respetivo nível/a respetiva classificação, devendo os pais/encarregados de educação ser informados de que essa classificação não corresponde ao nível de conhecimentos de outros alunos. Tratando-se de disciplinas que o aluno não frequenta, poderá constar na pauta “Não frequenta”.

2.3.3- A Monitorização e avaliação do PEI

A monitorização/avaliação do PEI realiza-se nos momentos de avaliação sumativa interna da escola, ou seja, em cada trimestre letivo, devendo contudo existir uma monitorização mais pormenorizada semestralmente, a qual poderá implicar uma reestruturação do PEI dado que este se deve adaptar ao processo de ensino-aprendizagem do aluno. No final do ano letivo, a monitorização é obrigatória e tem um carácter reflexivo, devendo opinar sobre a pertinência da continuidade ou não das medidas educativas aplicadas a cada aluno de acordo com o anexo.

2.4 – OUTRAS MEDIDAS EDUCATIVAS.

Assegurar as **Adaptações ao Processo de Avaliação Interna e Externa** (art.º 28.º) a alunos com problemáticas específicas como: problemas de dislexia, disortografia, hiperatividade, problemas de dicção, dificuldades várias na comunicação, lentidão na consecução das tarefas, etc, é também uma das funções da EMAEI. Porém, é de anotar que normalmente esta medida é aplicada conjuntamente com outras medidas ou UM ou MS, as quais têm como finalidade superar os problemas que o aluno apresenta.

A medida **Plano de Saúde (PS)** aplica-se a alunos com graves patologias que necessitam de um acompanhamento especial, o que por vezes implica a sua deslocação a diferentes unidades de saúde, sendo que as terapias implicam, muitas vezes, saídas semanais, pelo que o RTP e o PEI do aluno deve ser realizado tendo em conta não só as suas limitações como também a redução da carga horária, o que deverá implicar o enfoque nas aprendizagens essenciais.

3- O PAPEL DO DIRETOR DE TURMA/DOCENTE TITULAR NA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS INCLUSIVAS

O diretor de turma/docente titular é o principal parceiro responsável pela implementação das medidas inclusivas. Em conjunto com o docente de E.E e EMAEI, ocupa um papel de relevo na concretização do sucesso educativo dos alunos e na construção de uma escola inclusiva. São suas funções:

- Coordenar/ ajudar na elaboração do RTP, PEI e PIT;
- Realizar, em conselho de turma, a monitorização das medidas educativas aplicadas aos alunos;
- Propor alteração das medidas educativas, quando as mesmas não surtirem o efeito desejado;
- Colaborar na implementação das medidas educativas decorrentes da adequação do processo de ensino e aprendizagem, que visam promover a aprendizagem e a participação dos alunos.
- O diretor de turma/docente titular tem as mesmas responsabilidades em termos organizacionais relativamente aos alunos incluídos em medidas educativas, devendo assim zelar pela sua assiduidade, controlar faltas, coordenar a aplicação do RTP e PEI, promover os contactos com o encarregado de educação, acompanhar o processo educativo do aluno, etc;
- O diretor de turma/docente titular podem e devem sempre que necessário solicitar a ajuda da EMAEI ou do docente de educação especial, os quais deverão facultar estratégias para superar os problemas dos alunos.
- ***No final do ano letivo (à exceção de final de ciclo) deve o diretor de turma solicitar aos docentes da turma as adequações curriculares a aplicar em cada disciplina para o ano letivo seguinte, dado que apenas em final de ciclo serão revistos os RTPs, a não ser em***

situações excecionais em que houve mudanças significativas no percurso educativo do aluno.

4- O NOSSO AGRUPAMENTO CULTIVA OS PRINCÍPIOS DA ESCOLA INCLUSIVA

O nosso Agrupamento reconhece que é sua responsabilidade educar todas as crianças e alunos até ao limite das suas capacidades. Assim, os alunos do Agrupamento, independentemente das suas características, são incentivados a participar em todas as atividades que se desenvolvem na escola. Pretende-se partir do princípio que toda a atividade que se desenrola na escola é currículo, pois tudo contribui para a formação integral dos discentes, futuros cidadãos que devem ser interventivos, zelosos dos seus princípios culturais e que apreciem exercer a cidadania ativa no seu meio. A educação inclusiva emerge como um constructo multidimensional que engloba não só um combate às barreiras que se colocam à aprendizagem e à participação do aluno, mas também uma multiplicidade de estratégias, atividades, recursos, projetos e processos adequados.

Os alunos para além de estarem incluídos nas turmas em tempos semanais variáveis, de acordo com o seu perfil de funcionalidade, participam em diversos clubes da escola com os demais alunos como: Clube de Música, Eco - Escolas, Clube de Artes, Desporto Escolar, etc, sendo que alguns competem mesmo a nível local e distrital em provas de desporto escolar. Apesar de usufruírem de visitas de estudo próprias, as quais têm como principal objetivo reforçar aprendizagens curriculares dos seus PEIs, fazem, também, parte integrante das visitas proporcionadas pelas suas turmas, aperfeiçoando, assim, as competências de relacionamento interpessoal.

Assistem e participam ativamente em diferentes atividades do PAA, sendo que a Educação Inclusiva faz sempre questão de mostrar à comunidade atividades onde os principais atores são os alunos com handicaps.

Considera-se, assim, que os alunos do nosso Agrupamento perfazem um todo, onde todos estão incluídos, pois a inclusão também implica uma particular atenção aos grupos de alunos que possam estar em risco de marginalização, exclusão ou mau aproveitamento. O conceito de Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) ganha importância, dado corresponder a um conjunto de princípios e estratégias que procuram reduzir as barreiras de acesso ao processo de ensino e aprendizagem. No limite, o DUA tem como finalidade o desenvolvimento de práticas pedagógicas que permitam o acesso ao currículo, a participação e o progresso de todos os alunos, independentemente das suas capacidades.

O desafio principal consiste na criação de ambientes de aprendizagem estimulantes e motivadores, potenciando um envolvimento ativo em atividades da vida real, centrando o currículo no desenvolvimento de diversas competências, com vista à aquisição do máximo de autonomia possível.

5- O SPO AO SERVIÇO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) são, de acordo com a Lei 46/86 de 14/10 e Dec.-Lei 190/91 de 17/05, unidades especializadas de apoio educativo com autonomia técnica e dever de confidencialidade. Asseguram, na prossecução das suas atribuições, o acompanhamento do aluno, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio ao sistema de relações interpessoais, no interior do Agrupamento e entre este e a comunidade.

A intervenção do SPO tem como Objetivos Gerais:

- 1 – Assegurar o acompanhamento do aluno, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo.
- 2 - Apoiar os alunos no seu processo de aprendizagem e de integração no sistema de relações interpessoais da comunidade escolar.
- 3 - Promover a orientação escolar e profissional dos alunos.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

4 - Sensibilizar toda a comunidade escolar para a existência do Serviço de Psicologia e Orientação no Agrupamento e para os objetivos e atividades a desenvolver.

5 - Promover a cooperação de educadores, professores, pais e Encarregados de Educação, em articulação com os recursos da comunidade.

6 - Colaborar com a EMAEI ao nível dos processos de referenciação, avaliação e intervenção de alunos;

Competências do SPO:

1 - Contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade pessoal.

2 - Proceder à avaliação global de situações relacionadas com problemas de desenvolvimento, com dificuldades de aprendizagem, com competências e potencialidades específicas e prestar o apoio, a nível psicológico e psicopedagógico, mais adequado.

3 – Intervir a nível psicológico e psicopedagógico na observação, orientação e apoio dos alunos, promovendo a cooperação de professores, pais e Encarregados de Educação, em articulação com os recursos da escola, de forma a fomentar o sucesso escolar de todos os alunos e a prevenir situações de abandono escolar.

4 - Colaborar na identificação e prevenção de situações problemáticas dos alunos e fenómenos de violência, na elaboração de planos de acompanhamento para aqueles, envolvendo a comunidade educativa.

5 - Propor o encaminhamento de alunos para modalidades adequadas de resposta educativa, de acordo com os pais e Encarregados de Educação e respetivos Educadores de Infância, Professores Titulares de Turma e Diretores de Turma, em estreita articulação com a equipa da educação Inclusiva.

6 - Desenvolver programas e ações de aconselhamento pessoal e vocacional a nível individual ou de grupo.

7 - Colaborar no estudo, conceção e planeamento de medidas que visem a melhoria do sistema educativo e acompanhar o desenvolvimento de projetos.

- 8 - Participar na definição de estratégias e na aplicação de procedimentos de orientação educativa que promovam o acompanhamento do aluno ao longo do seu percurso escolar.
- 9 - Participar nos Conselhos de Turma quando tal se mostre necessário.
- 10 - Colaborar com a Equipa de Educação Inclusiva ao nível dos processos de referenciação, avaliação e intervenção de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.
- 11 - Colaborar com os órgãos de administração e gestão da escola.

O SPO defende uma educação inclusiva onde todos e cada um encontrem respostas para a realização máxima do seu potencial.

6- REGRAS DE FUNCIONAMENTO DA EMAEI

- 1 – A equipa EMAEI reúne ordinariamente semanalmente.
- 2 – A equipa reúne extraordinariamente quando convocada pelo Coordenador, ou a requerimento de um terço dos elementos da equipa, ou sempre que a Diretora considere importante e o justifique.
- 3 – Sempre que a duração da reunião não for suficiente para terminar os trabalhos, poderá a Coordenadora marcar novo dia para a sua conclusão.
- 4 – As reuniões são presididas pela Coordenadora da EMAEI. Por impedimento deste, presidirá à reunião o elemento representante da Direção.
- 5 - Compete ao Coordenador de Equipa ou à Diretora, a fixação dos dias e horas em que ocorrem as reuniões ordinárias e extraordinárias.
- 6 - A convocatória é enviada, por email, a todos os membros da Equipa, com a antecedência mínima de dois dias úteis relativamente à data da reunião extraordinária.
- 7 - Quaisquer alterações ao dia e hora fixadas para as reuniões devem ser comunicadas a todos os membros da Equipa, de forma a garantir o seu conhecimento seguro e oportuno.

8- A Equipa só pode reunir quando esteja presente a maioria legal (50%+1) dos seus membros.

9- Nas sessões não efetuadas por inexistência de quórum, haverá lugar ao registo das presenças, à marcação das faltas e à elaboração da ata.

10- De cada reunião será lavrada a ata que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, a hora de início, o presidente, o secretário, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações.

11- As deliberações são tomadas por maioria de votos dos membros presentes na reunião, salvo casos em que, por disposição legal, se exija maioria absoluta.

7- REGRAS DE FUNCIONAMENTO DA COORDENAÇÃO DO GRUPO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Grupo da Educação Especial tem como missão fundamental colaborar na gestão da diversidade, na procura de diferentes tipos de estratégias que permitam responder às necessidades educativas dos alunos e na promoção de condições que assegurem a participação efectiva de todos na vida da escola, numa perspectiva de escola inclusiva. O Grupo da EE rege-se pelos normativos legais em vigor e pelas novas orientações emanadas pelo Ministério da Educação para a área da educação em geral e da EE em particular.

O Grupo é constituído por 3 docentes especializadas em educação especial.

1- Ao grupo de EE compete:

- Colaborar com os órgãos de gestão do agrupamento no processo de elegibilidade dos alunos para as medidas de suporte à aprendizagem, por referência ao decreto-lei nº54/2018 de 6 de Julho, e na organização/adequação da resposta a proporcionar às crianças e jovens melhores metodologias;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

- Identificar e propor soluções inovadoras/facilitadoras da promoção da igualdade de oportunidades;
- Priorizar o atendimento aos alunos cujas problemáticas revelem maior complexidade, caso os recursos humanos disponíveis se manifestem insuficientes; envolver as famílias no processo de ensino/aprendizagem dos seus educandos;
- Fomentar a articulação entre todos os serviços e entidades que intervêm com os alunos;
- Sensibilizar a comunidade local para a problemática da deficiência e procurar o seu envolvimento na resposta aos alunos em transição para a vida ativa;
- Colaborar na identificação das necessidades de formação dos docentes/auxiliares de ação educativa; Enquadrar os auxiliares de ação educativa no trabalho a desenvolver com esta população específica.

2- Aos Docentes de Educação Especial compete:

- Apoiar os docentes na diversificação das práticas pedagógicas e no desenvolvimento de metodologias e estratégias que facilitem a inclusão dos alunos;
- Colaborar com os docentes da turma/ diretores de turma na planificação do trabalho a realizar com os alunos, tendo em conta o seu perfil de aprendizagem e necessidades individuais;
- Participar, em parceria com o Director de Turma e o Encarregado de Educação, na elaboração dos RTP, Programas Educativos Individuais e PIT;
- Participar nas reuniões de conselho de turma com alunos que são apoiados diretamente ou em reuniões extraordinárias para tratar de assuntos relacionados com esta população específica, se tal se justificar;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

- Trabalhar com os Pais/Encarregados de Educação e envolvê-los na elaboração e implementação das medidas que se considerem adequadas às necessidades específicas dos seus educandos;
- Procurar um maior envolvimento de técnicos externos à escola, nomeadamente na área da saúde, segurança social e reabilitação, e privilegiar o trabalho de parceria;
- Apoiar os alunos nos termos definidos no PEI. Avaliar, em articulação com os restantes intervenientes, a adequação das medidas implementadas e propor eventuais alterações.

3- Ao Representante do Grupo compete:

- Reforçar a articulação com outras estruturas, com vista ao desenvolvimento de estratégias de diferenciação pedagógica;
- Participar nas sessões do Conselho Pedagógico;
- Elaborar propostas integrantes do PAA (Plano Anual de Atividades), PEE (Projeto Educativo de Escola), RI (Regulamento Interno) e PCT (Projeto Curricular de Escola).

7.1- NORMAS DE FUNCIONAMENTO

- 1- A coordenadora do subdepartamento da Educação Especial (representante de grupo) é, simultaneamente, a coordenadora da EMAEI
- 2- A equipa EE reúne ordinariamente após a realização do Conselho Pedagógico
- 3- A equipa reúne extraordinariamente quando convocada pelo Coordenador, ou a requerimento dos elementos da equipa, ou sempre que a Diretora considere importante e o justifique.
- 4- As reuniões são presididas pela Coordenadora de subdepartamento. Por impedimento desta, presidirá à reunião o docente mais antigo do agrupamento.

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

- 5- Compete ao Coordenador de subdepartamento ou à Diretora, a fixação dos dias e horas em que ocorrem as reuniões ordinárias e extraordinárias.
- 6- A convocatória é enviada, por email, a todos os membros da Equipa, com a antecedência mínima de dois dias úteis relativamente à data da reunião.
- 7- De cada reunião será lavrada a ata que conterá um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente a data e o local da reunião, a hora de início, o presidente, o secretário, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações.

8- A DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS INCLUÍDOS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO AGRUPAMENTO

1º Ciclo

Centro Escolar de Ervedosa do Douro

Sub-total = 3 (MS artº9)

Centro Escolar de Paredes da Beira

Sub-total = 3 (MS- artº9)

Centro Escolar de São João da Pesqueira

Sub-total = 7 (5- (MS- artº9 e 2- AD- artº10)

Centro Escolar de Trevões

Sub-total = 2 (MS- artº9)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

Escola Básica e Secundária de S. J. Pesqueira

2º Ciclo

Sub-total = 15 (6 – MS –art.º9 + 4 – MS/AD- art.º 9 e 10 + 5 AD- artº10)

3º Ciclo

Sub-total = 14 (3 – AD –art.º10 + 1 – MS+AD- art.º 9e 10º +10 MS –artº9)

Ensino Secundário

Sub-total = 3 (2 – AD –art.º 10º + 1 - MS- art.º10)

TOTAL =45



Agrupamento de Escolas de S. João da Pesqueira

Alunos abrangidos pelo Decreto-lei nº54/2018 de 6 de julho - artigos 8º (Medidas Universais- a) A diferenciação pedagógica; b) As acomodações curriculares e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.; e 28º- Adequações no Processo de Avaliação a) A diversificação dos instrumentos de recolha de informação, tais como, inquéritos, entrevistas, registos vídeo ou áudio; e) O tempo suplementar para realização da prova;

1ºCiclo

2º,3º ciclos / Ensino Secundário

TOTAL= 28

9- APOIO TUTORIAL DE ACORDO COM DL 54/2018 de 6 de JULHO

1º CICLO

APOIO TUTORIAL		
CENTRO ESCOLAR DE ERVEDOSA DO DOURO		
ALUNO	TUTOR	HORÁRIO
APOIO TUTORIAL		
CENTRO ESCOLAR DE PAREDES DA BEIRA		
ALUNO	TUTOR	HORÁRIO
APOIO TUTORIAL		
CENTRO ESCOLAR DE TREVÕES		
ALUNO	TUTOR	HORÁRIO
APOIO TUTORIAL		

CENTRO ESCOLAR DE S: JOÃO DA PESQUEIRA		
ALUNO	TUTOR	HORÁRIO

APOIO TUTORIAL DE ACORDO COM DL 54/2018 de 6 de JULHO**ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE S. JOÃO DA PESQUEIRA****2º CICLO**

APOIO TUTORIAL		
ALUNO	TUTOR	HORÁRIO

3ª CICLO

APOIO TUTORIAL		
ALUNO	TUTOR	HORÁRIO

ENSINO SECUNDÁRIO

APOIO TUTORIAL		
ALUNO	TUTOR	HORÁRIO

CONCLUSÃO

A Sociedade Contemporânea vive momentos de agitação e de transformação que colocam em causa o seu equilíbrio. Tal facto não é uma situação nova, a História ensina-nos que a evolução da vida na Terra nem sempre é pacífica. Sempre que o Mundo “pula e avança”, na sua evolução vertiginosa, causa conflitos. Esses conflitos são inevitáveis, mas urge que o Homem saiba viver e adaptar-se de forma a encontrar um equilíbrio para o mundo, para a Sociedade e para si, como Ser equilibrado e equilibrador.

O Homem construiu grandes feitos, porém deve estar consciente das suas próprias limitações e dos que o rodeiam.

Este princípio põe de parte a velha filosofia de ensino segregadora que colocava o portador de deficiência em escolas próprias e à margem de todos os outros sistemas.

A promoção de uma escola inclusiva passa pelo princípio de que o processo de ensino aprendizagem deve ser predominantemente orientado pelos princípios de igualdade de oportunidades educativas e sociais a que todos os alunos, sem exceção, têm direito.

O conceito de escola inclusiva vem, por sua vez, reforçar o direito de todos os alunos a frequentarem o mesmo tipo de ensino, na medida em que preconiza que os objetivos educacionais, tendo em conta o perfil do aluno à saída da escolaridade obrigatória é o mesmo para todos, independentemente das diferenças individuais de natureza física, psicológica, cognitiva ou social que possam surgir.

A atenção às diferenças individuais e ao contexto de aprendizagem implica uma flexibilização da organização escolar, das estratégias de ensino, da gestão dos recursos e do currículo, de forma a proporcionar o desenvolvimento maximizado de todos.

Uma das maiores dificuldades que decorre da operacionalização destes princípios, no contexto de cada escola, diz respeito à concretização de um

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

ensino diferenciado e à planificação e gestão dos recursos humanos e técnicos disponíveis para dar viabilidade.

O presente documento pretende perante as dificuldades constatadas, contribuir para a construção de uma escola inclusiva no nosso Agrupamento, dando a conhecer a legislação e os procedimentos internos para se atender com eficácia às necessidades e potencialidades de todos os alunos. Constitui um documento aberto e flexível sendo, assim, passível de atualizações e melhoramentos sempre que tal se imponha.

Acreditamos que as informações presentes neste documento poderão constituir uma mais-valia para a aplicação dos princípios de uma escola inclusiva no nosso Agrupamento.



APÊNDICES

INFORMAÇÕES ÚTEIS PARA O PREENCHIMENTO DA REFERENCIAÇÃO

Ponto 1- Motivo da referenciação

(Indicar as preocupações sentidas ao nível do desenvolvimento do aluno e no modo como este se relaciona com o seu meio ambiente; preocupações relativas ao desenvolvimento motor, à comunicação/linguagem, ao comportamento, à aprendizagem e/ou à autonomia, entre outras.

Indicar possíveis impactos no desempenho escolar. Identificação das alterações nas estruturas e funções do corpo; descrição do desempenho do aluno - o que faz e como - e do modo como o ambiente responde, interferindo no seu desempenho;

Ponto 2- Informações pedagógicas

(A preencher quando a referenciação é efetuada por docente do aluno/ Conselho de Turma) (Indicar ações já implementadas para melhorar o processo de ensino e de aprendizagem, como adequação de metodologias/ estratégias/ materiais, organização da sala de aula, apoio individualizado ao aluno, etc.) Indicação das necessidades e potencialidades do aluno.

Ponto 2.1- Documentos anexados

(Se aplicável, indicar os documentos entregues com este formulário que possam ajudar a compreender a situação do aluno. Exemplos: relatório do educador/ professor/ ATL, relatório médico, relatórios de outros técnicos, Plano Individual de Intervenção Precoce, trabalhos escolares do aluno, registos das avaliações escolares.)

Para mais informações consultar o decreto-lei nº 54/2018 de 6 de julho- artigo 20 e Manual para uma Educação Inclusiva – pág 32- ponto 4.1

A coordenadora da equipa multidisciplinar:

Maria da Graça e Cunha Domingues

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO

(Art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho- 1 — A identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão deve ocorrer o mais precocemente possível e efetua -se por iniciativa dos pais ou encarregados de educação, dos serviços de intervenção precoce, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou aluno)

Escola e Agrupamento de Escolas:			
Nome:			
Data de Nascimento:		Ano de escolaridade	
Nível de Educação/Ensino:		Grupo/Turma:	
Encarregado de Educação			
Grau de parentesco			

1. Explicitação das razões que levam à necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão - (Consultar guião em anexo de preenchimento deste item e anexar documentos que se considerem relevantes.- ponto 1)

--

2. Necessidades detetadas anteriormente e evidências da avaliação e monitorização da intervenção efectuada ao nível das necessidades de aprendizagem do aluno. (Anexar documentos que se considerem relevantes.- ponto 2, 2.1)

--

3. Identificação do elemento que registou a identificação (n.º 1 do art.º 20.º)

Nome:			
<input type="checkbox"/> Pais ou encarregados de educação	<input type="checkbox"/> Serviços de intervenção precoce	<input type="checkbox"/> Docentes	
<input type="checkbox"/> Outros técnicos ou serviços (Especificar):			
Data:		Assinatura:	

4. Autorização do Encarregado de Educação

- ☐ Autorizo que o meu educando seja monitorizado pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.
- ☐ Não autorizo que o meu educando seja monitorizado pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.

Justificação: _____

Data:		Assinatura:	
-------	--	-------------	--

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

5. Despacho da Diretora do Agrupamento à Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) da identificação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão (n.º 4 do art.º 20.º)

Nome:			
Data:		Assinatura:	

6. Tomada de conhecimento pela Coordenadora da EMAEI

Nome:			
Data:		Assinatura:	

7. Tomada de decisão pela EMAEI:

O/A aluno/a deve ser abrangido e mobilizado por medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, a saber: *(assinalar com X a opção que mais se adequa):*

- ☐ Medidas universais (o processo é devolvido à Diretora, no prazo de 10 dias, caso sejam apenas medidas universais);
- ☐ Medidas seletivas (procede-se à elaboração do RTP);
- ☐ Medidas adicionais (procede-se à elaboração de RTP, PEI e quando se justifique PIT).

Operacionalização das medidas:

--	--	--	--

Data:		Assinatura:	
-------	--	-------------	--

8. Devolução do processo pela EMAEI (caso sejam apenas medidas universais)

A Diretora do Agrupamento

Nome:			
Data:		Assinatura:	

O Educador de Infância, Professor Titular de Turma ou Diretor de Turma

Nome:			
Data:		Assinatura:	

9. Anuência do Encarregado de Educação

- ☐ Tomei conhecimento do parecer constante e concordo com as medidas mobilizadas para o/a meu/minha educando/a.
- ☐ Tomei conhecimento do parecer constante e não concordo com as medidas mobilizadas para o/a meu/minha educando/a.

Justificação: _____

Data:		Assinatura:	
-------	--	-------------	--

RELATÓRIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO**(artigo 21.º Decreto-Lei n.º 54/2018, de 06 de julho)****ANO LETIVO:2018/2019****1 - Identificação do Aluno**

Nome:

Data de Nascimento:

Idade:

Nível de Ensino:

Escola / Agrupamento de Escolas de S. João da Pesqueira

Encarregado de Educação:

Telefone:

1. Situação atual e antecedentes escolares relevantes

(Indicação relativamente a apoio em intervenção precoce, frequência de JI, antecipação ou adiamento de matrícula no 1º ciclo do ensino básico, retenções, assiduidade, apoios educativos em anos anteriores, ocupação de tempos livres, medidas universais implementadas.)

2. Potencialidades, expectativas e necessidades na perspetiva do aluno e da família

(CF Anexo: Portefólio de questões para a exploração das potencialidades, expectativas e necessidades na perspetiva do aluno.)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA
2.1 - Fatores que facilitam e que dificultam de forma significativa o progresso e o desenvolvimento do aluno

Contexto familiar (Fatores facilitadores e de dificuldade)	
Escola (Fatores facilitadores e de dificuldade)	
Individuais (Fatores facilitadores e de dificuldade)	

3. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

(Para cada medida, indicar o respetivo modo de operacionalização bem como os indicadores de resultados)

3.1- Medidas seletivas (artigo 9º)

(Em complemento das medidas universais)

.

3.2- Medidas adicionais (artigo 10º)

A mobilização destas medidas depende da demonstração da insuficiência das medidas universais e seletivas

3.2.1- Critérios de progressão do aluno.
3.2.2- Caso sejam mobilizadas as medidas previstas nas alíneas b), d) e e) (nº 4 do artigo 10º) deve ser garantida, no Centro de Apoio à Aprendizagem, uma resposta complementar ao trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos (nº 5 do artigo 13º)

(Especificar: frequência, intensidade e tipo de apoio, recursos materiais e humanos, outros aspetos considerados relevantes)

Observações:

4. Áreas curriculares específicas (Alínea d) do artigo 2º - “contemplam treino de visão, o sistema braille, a orientação e a mobilidade, as tecnologias específicas de informação e comunicação e as atividades de vida diária”

5. Necessidade de se constituir um grupo/turma com número de crianças/alunos ao mínimo legal

Sim Não (Em caso afirmativo fundamente)

6. Implementação plurianual das medidas (nº 5 do artigo 21º) - Definição dos momentos intercalares da avaliação e a sua eficácia.

Sim ☐ Não (Em caso afirmativo fundamente.)

7. Recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão a mobilizar (artigo 11º)

Recursos humanos	
Recursos organizacionais	
Recursos da comunidade	

8. Adaptações ao processo de avaliação (artigo 28.º)

Sim Não ☐ (Em caso afirmativo explicitar, de forma clara, quais as adaptações ao processo de avaliação a aplicar, em que contextos, por quem, quando e de que modo.)

9. Procedimentos de avaliação.

9.1 - Eficácia das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. (Indicar de que forma vai a equipa multidisciplinar proceder à monitorização da implementação dessas medidas: instrumentos a utilizar para medir essa eficácia, intervenientes no processo e momentos de avaliação).

9.2 - Se aplicável, definir os termos de monitorização e avaliação do Programa Educativo Individual.

1º Período	
2º Período	
3º Período	

10. Procedimentos e estratégias adotadas para o envolvimento, participação e acompanhamento dos pais/encarregado de educação e do aluno na tomada de decisão e na implementação das medidas

Observações

Identificação dos responsáveis pela implementação das medidas

Intervenientes (Nome)	Funções Desempenhadas	Assinatura	Data

Anuência do Encarregado de Educação

Concordo com as medidas educativas definidas,

O Encarregado de Educação _____

Data ____/____/____

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

O aluno

Concordo com as medidas educativas definidas,

O aluno _____

Data ____/____/____

Aprovação Conselho Pedagógico (nº 4 do artigo 22º)

Presidente: _____

Data ____/____/____

Homologação pelo Diretor (nº 4 do artigo 22º)

Assinatura: _____

Data ____/____/____

PROGRAMA EDUCATIVO INDIVIDUAL

(artigo 24.º Decreto-Lei n.º 54/2018, de 06 de julho)

Aplicado apenas a alunos com adaptações curriculares significativas – MEDIDAS ADICIONAIS

ANO LETIVO-2018/2019

1 - Identificação do Aluno

Nome:

Data de Nascimento

Idade:

Nível de Ensino: 3º Ciclo

Escola / Agrupamento de Escolas de S. João da Pesqueira

Encarregado de Educação: Marlene Almeida

Telefone:

1. Identificação e operacionalização das adaptações curriculares significativas - alínea c do artigo 2.º

Disciplinas/ módulos / UFCs (tendo por base os documentos em vigor).

-

Competências e aprendizagens a desenvolver

(

Estratégias de ensino

(Identificar as ações a implementar, com enfoque no aluno e nos seus contextos, de modo a promover o desenvolvimento eficaz das competências e aprendizagens delineadas.)

Adaptações no processo de avaliação

.

Contextos/ intervenientes**Carga horária semanal (Anexar horário)****Horário em anexo****2. Outras medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão****3. Competências transversais a serem desenvolvidas por todos os intervenientes**

(Com base nos descritores operativos preconizados no Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.)

- A escola deverá ser capaz de dotar a aluno de:

4. Critérios de avaliação e de progressão.**5. Necessidade de produtos de apoio para o acesso e participação no currículo**

Sim ☐ Não (Em caso afirmativo identificar os produtos necessários, o porquê dessa necessidade bem como contextos da sua utilização.)

6. Plano Individual de Transição.

Sim ☐ Não (Em caso afirmativo anexar o PIT.)

7. Plano Individual de Intervenção Precoce* Sim ☐ Não

8. Plano de Saúde individual* Sim ☐ Não

(*Em caso afirmativo, indicar de que forma é garantida a coerência, articulação e comunicação com o PEI. Anexar o(s) documento(s).)

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

9. Estratégias para o processo de transição entre ciclos de educação e ensino

(Conforme definido no RTP.)

Anuência do Encarregado de Educação

Concordo com as medidas educativas definidas,

A Encarregada de Educação _____

Data ____/____/____

O aluno

Concordo com as medidas educativas definidas,

O aluno _____

Data ____/____/____

O Coordenador da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

Concordo com as medidas educativas definidas,

Assinatura: _____

Data ____/____/____

Responsáveis pela implementação das medidas

Intervenientes (Nome)	Funções Desempenhadas	Assinatura	Data

O Presidente do Conselho Pedagógico (nº 4 do artigo 22º)

Presidente: _____

Data ____/____/____

Homologação do Diretor (nº 4 do artigo 22º)

Assinatura: _____

Data ____/____/____

PLANO INDIVIDUAL DE TRANSIÇÃO**(artigo 25.º Decreto-Lei n.º 54/2018, de 06 de julho)****1 - Identificação do Aluno**

Nome:

Data de Nascimento:

Idade:

Nível de Ensino:

Escola / Agrupamento de Escolas:

Encarregado de Educação:

Telefone:

1. Aspirações, interesses, expectativas e potencialidades

(Registo na perspetiva do aluno).

2. Aspirações, interesses, expectativas quanto à vida pós-escolar**3. Tomada de decisão**

(Com base na análise da informação recolhida).

4. Etapas e ações a desenvolver

(Definição das etapas e ações a desenvolver para a operacionalização do PIT)

5. Competências a adquirir

Académicas

Pessoais

Sociais	
Laborais/ ocupacionais	

6. Experiência em contexto laboral /estágio

(Anexar protocolo)

Local	Atividades	Competências a adquirir	Calendarização	Responsável pelo acompanhamento

7. Monitorização e avaliação do PIT

(Indicação dos critérios, instrumentos, intervenientes e momentos.)

8. Observações**Responsáveis pela elaboração do PIT**

Nome	Função	Assinatura

Anuência do Encarregado de Educação

O Encarregado de Educação _____

Data ____/____/____

O aluno



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

O aluno _____

Data ____/____/____

O Coordenador da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (artigo 12º)

Assinatura: _____

Data ____/____/____

FICHA INDIVIDUAL DE IDENTIFICAÇÃO DE MEDIDAS

(D.L. 54/2018, de 6 de julho)

Identificação do aluno

Nome: Ano/Turma: ano

A avaliação da necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão realizada pela equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva identificou que o aluno necessita das seguintes medidas:

Medidas Universais Art.º 8º			a) A diferenciação pedagógica				
			b) As acomodações curriculares				
			c) O enriquecimento curricular				
			d) A promoção do comportamento pró-social				
			e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos				
Medidas Seletivas Art.º 9º			a) Os percursos curriculares diferenciados;				
			b) As adaptações curriculares não significativas				
			c) O apoio psicopedagógico				
			d) A antecipação e o reforço das aprendizagens				
			e) O apoio tutorial				
Medidas Adicionais Art.º 10º			a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas				
			b) As adaptações curriculares significativas				
			c) O plano individual de transição				
			d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado				
			e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social				
Identificação dos recursos específicos Artigo 11.º			1- recursos	a) Os docentes de educação especial			
				b) Os técnicos especializados			
				c) Os assistentes operacionais, preferencialmente com formação específica			
			2-recursos organizacionais	a) A equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva			
				b) O centro de apoio à aprendizagem (CAA)	Docente educação especial		
					Outros docentes (de Apoio ao Estudo)		
					c) As escolas de referência no domínio da visão		
				d) As escolas de referência para a educação bilingue			
				e) As escolas de referência para a intervenção precoce na infância			
			f) Centros de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a EE				
			3-recursos existentes na comunidade	a) As equipas locais de intervenção precoce			
				b) As equipas de saúde escolar dos ACES/ULS			
				c) As comissões de proteção de crianças e jovens			
				d) Os centros de recursos para a inclusão (CRI)	Terapia da Fala		
					Terapia Ocupacional		
					Psicologia		
e) As instituições da comunidade, nomeadamente os serviços de atendimento e acompanhamento social do sistema de segurança social, os serviços do emprego e formação profissional e os serviços da administração local							
f) Os estabelecimentos de educação especial com acordo de cooperação com o Ministério da Educação							

Programa educativo individual - artigo 24.º			
Plano individual de transição - artigo 25.º			
Matrícula Artigo 27.º		1-Ingresso antecipado ou o adiamento da matrícula, nos termos do disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 176/2012, de 2 de agosto	
		2-Prioridade na matrícula ou renovação de matrícula nas escolas de referência, no domínio da visão e para a educação bilingue	
		3-Prioridade na matrícula dos alunos com programa educativo individual	
Adaptações ao processo de avaliação Artigo 28.º	Avaliação interna competência da escola	a) A diversificação dos instrumentos de recolha de informação, tais como, inquéritos, entrevistas, registos vídeo ou áudio	
		b) Os enunciados em formatos acessíveis, nomeadamente braille, tabelas e mapas em relevo, daisy, digital	
		c) A interpretação em LGP	
		d) A utilização de produtos de apoio	
		e) O tempo suplementar para realização da prova	
		f) A transcrição das respostas	
		g) A leitura de enunciados	
		h) A utilização de sala separada	
		i) As pausas vigiadas	
		j) O código de identificação de cores nos enunciados	
		K) A não penalização dos erros ortográficos	
	Avaliação externa competência da escola	a) A utilização de produtos de apoio	
		b) A saída da sala durante a realização da prova/ exame	
		c) A adaptação do espaço ou do material	
		d) A presença de intérprete de língua gestual portuguesa	
		e) A consulta de dicionário de língua portuguesa	
		f) A realização de provas adaptadas	
	Avaliação externa a requerer pela escola ao JNE	a) A realização de exame de português - língua segunda (PL2)	
		b) O acompanhamento por um docente	
		c) A utilização de instrumentos de apoio à aplicação de critérios de classificação de provas, para alunos com dislexia, conforme previsto no Regulamento das provas de avaliação externa	
		d) A utilização de tempo suplementar	
Despacho Normativo n.º 10-A/ 2018, de 19 de junho (Redução de Turma)			
Pela Equipa - O Coordenador da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva			
Nome		Maria da Graça e Cunha Domingues	
Data:		Assinatura	
A DIRETORA - APROVAÇÃO			
Nome		Agostinha Meneses Veiga	
Data:		Assinatura	



ABORDAGEM MULTINÍVEL AO CURRÍCULO

Para os alunos abrangidos pelo Decreto-lei nº54/2018 de 6 de julho - artigos 8º (Medidas Universais- a) A diferenciação pedagógica; b) As acomodações curriculares e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.; e 28º- Adequações no Processo de Avaliação a) A diversificação dos instrumentos de recolha de informação, tais como, inquéritos, entrevistas, registos vídeo ou áudio; e) O tempo suplementar para realização da prova;

DISCIPLINA _____ O DOCENTE _____

Aluno: _____ Nº _____ Turma _____ ANO _____

MEDIDAS UNIVERSAIS	Estratégias/metodologias diferenciadas (Aprendizagem em grupo de interajuda)	Tipos de Prova: maior durabilidade ou encurtamento das questões	Critérios diferenciados: .outras formas de avaliação

FLEXIBILIZAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS ABRANGIDOS PELAS MEDIDAS UNIVERSAIS E PELAS ADEQUAÇÕES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO:

- A equipa multidisciplinar propõe para os alunos outrora abrangidos pelos artigos 17 e 20 do decreto-lei 3/2008, as seguintes medidas do novo diploma da Educação Inclusiva: - *artigos 8º* (Medidas Universais- a) A diferenciação pedagógica; b) As acomodações curriculares e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos e *28º- Adequações no Processo de Avaliação* a) A diversificação dos instrumentos de recolha de informação, tais como, inquéritos, entrevistas, registos vídeo ou áudio; e) O tempo suplementar para realização da prova;
- Propõem-se que o professor titular de turma preencha o seguinte documento, abrangendo as várias áreas/disciplinas do Currículo. O professor titular deve arquivar no processo de cada aluno as directrizes presentes neste documento. Estas directrizes serão as linhas orientadoras de apoio aos alunos abrangidos pelos artigos enunciados do novo decreto sobre a inclusão. Todo este processo será da responsabilidade do professor titular de turma, sendo que a equipa multidisciplinar da Educação Inclusiva poderá ser consultada sempre que necessário.
- Os docentes de Educação Especial prestarão as informações necessárias aos docentes desde que solicitadas.
- Caso algum docente considere que em determinada área/ disciplina o aluno não necessita de todas as medidas apresentadas deve justificar a situação.

A coordenadora da Equipa Multidisciplinar
Maria da Graça e Cunha Domingues

LISTA DE VERIFICAÇÃO/MONITORIZAÇÃO DAS MEDIDAS UNIVERSAIS E DAS ADEQUAÇÕES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO																
Nome					Ano			Turma			Nº					
DISCIPLINAS:																
NOME DO PROFESSOR																
PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO		De				a										
Assinale as medidas utilizadas na sua disciplina e avalie/monitorize o grau de eficácia durante o período de implementação										Avaliação da eficácia da implementação das medidas						
1-Muito reduzida; 2- Reduzida; 3- Suficiente; 4- Boa; 5- Muito Boa										X	1	2	3	4	5	
b) -ACOMODAÇÕES CURRICULARES																
1. Ambientais																
1.1 - Utilização de gráficos																
1.2 - Trabalho de pares																
1.3 - Organização de pequenos grupos																
1.4 - Utilização de computadores																
1.5 - Utilização de espaços exteriores																
1.6- Oportunidade para se movimentar na sala de aula																
1.7 - Utilização de exemplos com imagens da vida real																
1.8 - Espaço na sala para trabalhos práticos																
1.9 - Organização de grupos flexíveis																
1.10 - Organização de locais para tarefas específicas																
1.11 - Estar perto/longe de distrações																
1.12 - Trabalhos de casa que envolvam a família																
1.13 - Utilização de secretárias amovíveis																
1.14 -. Organização dos espaços de forma a possuir visibilidade, acessibilidade e permitir movimentação de todos																
1.15 - Outra(s):																
2. Organizacionais											X	1	2	3	4	5
2.1 -Códigos de cores																
2.2 - Rótulos																
2.3 - Pistas através de imagens																
2.4 - Numeração sequencial de passos a percorrer																
2.5 - Caixas para guardar materiais																
2.6 - Rotinas de aprendizagem																
2.7 - Organizadores gráficos para a escrita																
2.8 - Lembretes diários																
2.9 - Calendários com datas importantes assinaladas																
2.10 - Uso de gráficos e outras formas de organizar o que os alunos aprenderam																
2.11 - Ensino da gestão de tempo																
2.12 - Ensino de métodos de estudo																

2.13 - Ensino de como tirar notas						
2.14 - Desenvolvimento de capacidades de autodeterminação e competências de comunicação						
2.15 - Estratégias de resolução de conflitos						
2.16 - Indicação clara de transição de assuntos						
2.17 Outra(s):						
3. Motivacionais	X	1	2	3	4	5
3.1 - Apresentação de situações da vida real						
3.2 - Estabelecer <i>links</i> entre a tarefa e a experiência do aluno						
3.3 - Uso de materiais concretos						
3.4 - Visitas de estudo						
3.5 - Reforço positivo						
3.6 - Privilégios/ recompensas						
3.7 - Uso de materiais de aprendizagem diversos						
3.8 - Trabalho a pares						
3.9 - Sessões de treino para os testes						
3.10 - Uso de tecnologia						
3.11 - Uso de gráficos e outros métodos para organizar o que os alunos aprendem						
3.12 - Uso do humor						
3.13 - Organizar um programa de “colega de estudo”						
3.14 - Comunicar frequentemente ao aluno o reconhecimento pelo seu esforço						
3.15 - Uso de sinais para ajudar o aluno a permanecer na tarefa (pistas privadas);						
3.16 - Reforço diário						
3.17 - Aconselhamento						
3.18 - Desenvolvimento cooperativo de comportamentos e rotinas em sala de aula						
3.19 - Uso consistente de rotinas da sala de aula						
3.20 - Resposta consistente e regular aos comportamentos inapropriados						
3.21 - Uso de linguagem inclusiva e de incentivo ao sucesso do grupo						
3.22 - Outra(s):						
4. Apresentação	X	1	2	3	4	5
4.1 - Revisão e repetição						
4.2 - Ensino em pequenos grupos						
4.3 - Verificação regular da compreensão de conteúdos e instruções						
4.4 - Apresentação oral e visual						
4.5 - <i>Uso de tecnologia</i>						
4.6 - Códigos de cores						
4.7 - Dar tempo aos alunos para pensar						
4.8 - Providenciar um ensino cinestésico						
4.9 - Apresentação faseada de novos conceitos						
4.10 - Alternativas para formato de pergunta / resposta						
4.11 - Dar exemplos						

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

4. 12 - Sugerir mnemónicas						
4.13 - Uso de rimas, música						
4.14 - Uso de tamanho de letra grande; papel colorido; divisão da página em secções devidamente marcadas; eliminação de elementos distrativos da folha; uso de amplos espaços em branco						
d) A PROMOÇÃO DO COMPORTAMENTO PRÓ-SOCIAL						
e) A INTERVENÇÃO COM FOCO ACADÉMICO OU COMPORTAMENTAL EM PEQUENOS GRUPOS						
5- ADAPTAÇÕES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO (artº 28) - Tempo suplementar para a realização da Prova						
Observações: (Registo da eficácia das medidas ou se há necessidade de mudança- Deverá ser realizada pelo menos duas vezes por ano, sendo obrigatória no final do ano letivo)						
O Professor titular /o diretor de turma: _____						
Data __/ __/ ____						

5. Avaliação	X	1	2	3	4	5
5.1 - Uso de pistas visuais						
5.2 - Uso de dicionários						
5.3 - Lembretes de regras						
5.4 - Uso de exemplos da vida real						
5.5 - Debates/ <i>brainstorming</i>						
5.6 - Tempo disponibilizado •						
5.7 - Grupos cooperativos						
5.8 - Uso da tecnologia						
5.9 - Uso de um quadro com vocabulário						
5.10 - Ensino de verificação ortográfica, nomeadamente através da soletração						
5.11 - Uso de vocabulário previamente ensinado						
5.12 - Provas orais						
5.13 - Materiais de leitura gravados em áudio						
5.14 - Leituras curtas						
5.15 - Uso de exemplos concretos ou suportes visuais no ensino de conceitos abstratos • uso de notas fotocopiadas						
5.16 - Técnicas de avaliação variadas: escolha múltipla, respostas curtas, preenchimento de espaços em branco, correspondência, etc.						
5.17 - Uso frequente de questionários curtos						
5.18 - Permissão de pausas durante um teste						
5.19 - Realização de testes sem limite de tempo						
5.20 - Fazer revisões utilizando questões semelhantes às dos testes						
5.21 - Possibilitar testes orais						
5.22 - Permitir o uso do processador de texto						
5.23 - Permitir o uso da calculadora •						
5.24 - Fornecer testes em formato ampliado						
5.25 - Realizar testes com consulta do livro						
5.26 - Realizar o teste em sala à parte						
5.27 - Fornecer folha de resposta de acordo com a disciplina (ex.: papel quadriculado para matemática)						
5.28 - Fornecer testes/exames em formatos alternativos. Ex.: áudio, braille, etc.						
5.29 Outra(s) :						

O Professor		
Nome		
Data ____/____/____	Assinatura	



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

**LISTA DE VERIFICAÇÃO/MONITORIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE INCLUSÃO
E DAS ADEQUAÇÕES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO**

IDENTIFICAÇÃO DO ALUNO														
Nome						Ano		Turma		Nº				
PERÍODO DE IMPLEMENTAÇÃO		De				a								
Assinale as medidas utilizadas na sua disciplina e avalie/monitorize o grau de eficácia durante o período de implementação										Avaliação da eficácia da implementação das medidas				
1-Muito reduzida; 2- Reduzida; 3- Suficiente; 4- Boa; 5- Muito Boa										1	2	3	4	5

Medidas Universais Art.º 8º	a) A diferenciação pedagógica					
	b) As acomodações curriculares					
	c) O enriquecimento curricular					
	d) A promoção do comportamento pró-social					
	e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos					
Medidas Seletivas Art.º 9º	a) Os percursos curriculares diferenciados;					
	b) As adaptações curriculares não significativas					
	c) O apoio psicopedagógico					
	d) A antecipação e o reforço das aprendizagens					
	e) O apoio tutorial					
Medidas Adicionais Art.º 10º	a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas					
	b) As adaptações curriculares significativas					
	c) O plano individual de transição					
	d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado					
	e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social					



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Programa educativo individual - artigo 24.º							
Plano individual de transição - artigo 25.º							
Adaptações ao processo de avaliação Artigo 28.º	Avaliação interna competência da escola	a) A diversificação dos instrumentos de recolha de informação, tais como, inquéritos, entrevistas, registos vídeo ou áudio					
		b) Os enunciados em formatos acessíveis, nomeadamente braille, tabelas e mapas em relevo, daisy, digital					
		c) A interpretação em LGP					
		d) A utilização de produtos de apoio					
		e) O tempo suplementar para realização da prova					
		f) A transcrição das respostas					
		g) A leitura de enunciados					
		h) A utilização de sala separada					
		i) As pausas vigiadas					
		j) O código de identificação de cores nos enunciados					
		K) A não penalização dos erros ortográficos					
Observações: (Registo da eficácia das medidas ou se há necessidade de mudança- Deverá ser realizada pelo menos duas vezes por ano, sendo obrigatória no final do ano letivo)							
Pelo Conselho de turma:							
Titular do grupo/diretor de turma							
Data:		Assinatura					
Coordenador da EMAEI		Maria da Graça e Cunha Domingues					



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

DISCIPLINA _____ O DOCENTE _____

Aluno: _____ Nº _____ Turma _____ ANO _____

ANO LETIVO: 2018/2019

ADEQUAÇÕES CURRICULARES NÃO SIGNIFICATIVAS

3.1- Medidas seletivas (artigo 9º) do decreto-lei nº54/2018 de 6 julho

(Em complemento das medidas universais)

Ponto 2- b)- Adaptações curriculares não significativas. O processo de aprendizagem do aluno será centrado num ensino eficaz feito à sua medida, daí a necessidade de usufruir de algumas adaptações, dado que as medidas universais de acesso ao currículo já mobilizadas não surtiram efeito.

e) Apoio tutorial- O aluno terá um tutor que o acompanhará na organização do seu processo de aprendizagem (horário em anexo a este documento)



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Aprendizagens essenciais	Estratégias/metodologias diferenciadas	Competências a adquirir	Critérios de avaliação diferenciados de acordo com as aprendizagens essenciais.

O Diretor de Turma

PS: O diretor de turma será o responsável pela implementação das medidas enunciadas, requerendo os serviços da equipa multidisciplinar e das docentes de educação especial, sempre que achar necessário



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE S. JOÃO DA PESQUEIRA

AVALIAÇÃO DE FINAL DO ____ PERÍODO

AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA _____

ALUNO _____

TURMA _____

ANO _____ NÚMERO _____

Parâmetros	Especificação e ponderação		Descrição	AVALIAÇÃO FINAL
AVALIAÇÃO CURRÍCULO FORMAL	ATITUDES/VALORES	10%		
	AVALIAÇÃO FORMATIVA	10%		
AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO PROCESSUAL	Conhecimentos adquiridos	60%		
	Aspetos relacionais	20%		
Apreciação Global				
Recomendações:				
Os avaliadores:			Avaliação de 0% a 100%	
_____ _____/_____/_____ _____			Nível:	

Relatório Individualizado por Área /Disciplina – Medidas Adicionais

1º Período – Ano letivo 2018/2019

Monitorização/Registo de avaliação
(Ficha informativa)
(Decreto-lei nº54/2018 de 6 de julho)

Aluno:

ANO:

Área/Menção Quantitativa/ qualitativa	Português	Nível:
Área/Menção Quantitativa/ qualitativa	TIC	Nível:
Área/Menção Quantitativa/ qualitativa	MATEMÁTICA	Nível:
Área/Menção Quantitativa/ qualitativa	Ciências Naturais	Nível:
Área/Menção Quantitativa/ qualitativa	História e Geografia	Nível:
Área/Menção Quantitativa/ qualitativa	CIDADANIA: EV/ET (artes)	Nível:

DISCIPLINAS CURRICULARES

AVALIAÇÃO/APRECIAÇÃO GLOBAL DO ALUNO – PERMANENCIA NA SALA DE AULA (Avaliação do conselho de Turma). Contributo para a aquisição das competências do final da escolaridade obrigatória.

O DIRETOR DE TURMA:

PARTICIPAÇÃO NOS CLUBES (Avaliação da Educação Inclusiva)

DISCIPLINAS QUE PARTILHA A TEMPO INTEIRO COM A TURMA

Níveis	EMRC	Cidadania	ED. Física	E.V	E.T	TIC
Obs - As áreas curriculares tem como responsável pela sua administração os docentes de educação especial, embora existam diferentes técnicos que prestam ajuda como: docente de Educação Física (ministra natação e psicomotricidade), docente de TIC (ministra em parceria Comunicação) e há a ajuda de técnicos (Música, Terapia da Fala, Técnicas de Relaxamento), prestações contabilizam como meios de reforço da autonomia. Nas disciplinas das áreas das expressões os alunos também são avaliados quantitativamente e estão a tempo inteiro na sala de aula						

a)- Despacho Normativo 1-F/2016 1-F/2016 de 5 de abril- Prevê a harmonização das escalas de avaliação dos alunos independentemente das medidas educativas pelas quais são abrangidos.

Docente da Ed. Especial	Diretor de Turma	Enc. de Educação

S. João da Pesqueira, de de 2018.